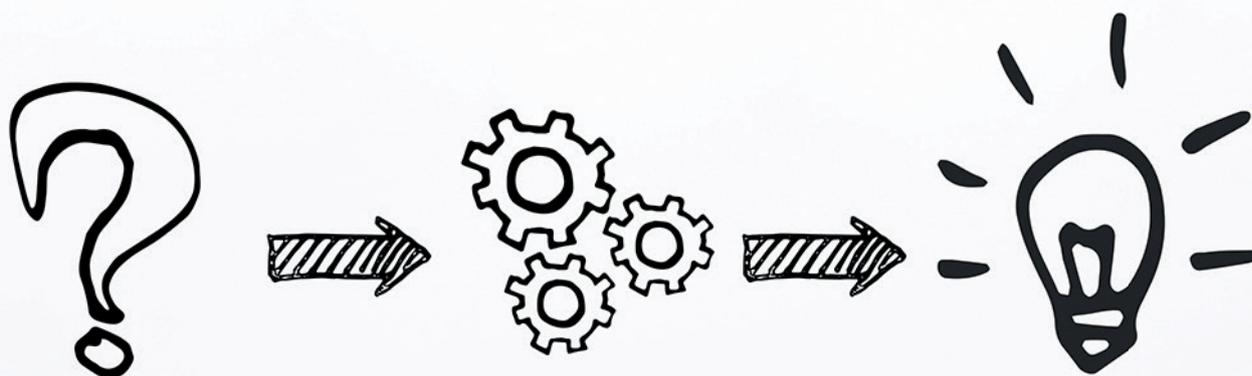


Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações

2

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Gabriella de Menezes Baldão
(Organizadora)

Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

158 Inovação, gestão estratégica e controladoria nas organizações 2
[recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella de Menezes Baldão.
– Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Inovação, Gestão
Estratégica e Controladoria nas Organizações; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-70-3

DOI 10.22533/at.ed.703183110

1. Controladoria. 2. Planejamento estratégico. I. Baldão,
Gabriella de Menezes. III. Série.

CDD 658.151

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Inovação, Gestão Estratégica e Controladoria nas Organizações” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora. Em seu II volume, apresenta, em seus 22 capítulos, os novos conhecimentos para Administração na área de Estratégia.

A área temática de Estratégia engloba estudos de suma importância para o bom andamento de projetos e organizações, uma vez que compõe desde a base da organização (missão, visão, valores para a construção da cultura organizacional), até os meios pelos quais as metas serão atingidas e, caso não sejam, quais ferramentas utilizar a fim de buscar constante melhorias no processo.

Este volume dedicado à Administração traz artigos que tratam de temas que vão desde planejamento estratégico e ferramentas administrativas até a utilização de ferramentas da qualidade para melhorar o processo e prevenir futuros erros.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos nas áreas de Inovação e Gestão, os agradecimentos dos Organizadores e da Atena Editora.

Por fim, desejo que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para a área de Administração e, assim, garantir incremento quantitativos e qualitativos na produção de alimentos para as futuras gerações de forma sustentável.

Gabriella de Menezes Baldão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL NA LEI DAS COTAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL ORGANIZACIONAL	
Maria de Lurdes Costa Domingos Ana Cecilia Alvares Salis	
CAPÍTULO 2	15
A UTILIZAÇÃO DO <i>BALANCED SCORECARD</i> - BSC COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO EM UM FRIGORÍFICO DE PEIXES LOCALIZADO EM SORRISO-MT.	
Anderson Ricardo Silvestro	
CAPÍTULO 3	31
ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA DO <i>SUPPLY CHAIN MANAGEMENT</i> NO MERCADO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	
Rodrigo Pozzer Centeno Paloma de Mattos Fagundes	
CAPÍTULO 4	47
ANÁLISE DE CENÁRIOS: UMA FERRAMENTA EFICAZ DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EVENTOS ACADÊMICOS	
Leandro Dorneles dos Santos Edio Polacinski Jovani Patias Juliane de Freitas Battisti	
CAPÍTULO 5	65
APLICAÇÃO DA NBR ISO 9001:2015 COMO FERRAMENTA DE REAVALIAÇÃO DA EFICÁCIA NOS PROCESSOS DA QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE UM HOSPITAL ESCOLA DO SUS	
Eder Júlio Rocha De Almeida Nathália Stephanie Costa Arthur Guimarães Gonçalves dos Santos Douglas De Freitas Tasende Maria do Socorro Pacheco Pena Tiziane Rogerio Madureira Júnia Cordeiro dos Santos Jussara Basílio de Souza	
CAPÍTULO 6	79
A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO REALIZADOS EM PEQUENAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL COMO PROMOTOR DO TURISMO CULTURAL	
Denise de Souza Saad Danielle de Souza Saad Marcos Vinícios Machado Machado	
CAPÍTULO 7	96
A TEORIA DAS FILAS COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA ANÁLISE DE UMA EMPRESA DE	

LAVA-RÁPIDO EM VOLTA REDONDA

Byanca Porto de Lima
Bruna Marta de Brito do Rego Medeiros
Camilla Mota Melo
Juliana Mattos Gonçalves Pinto
Sérgio Ricardo Bastos de Mello

CAPÍTULO 8 110

AVALIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MINÍMO NO PERÍODO DE 1994 – 2010

Juliana Ivaniski Sansonowicz
Liane Maria Panerai Gavioli
Marcos Vinícios Machado Machado

CAPÍTULO 9 127

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DOS MOTIVOS QUE LEVARAM AO DESLIGAMENTO DE UM GRUPO DE BENEFICIÁRIOS

Diego Pretto
Reisoli Bender Filho

CAPÍTULO 10 144

CONTEXTO DO TRABALHO E ESTRESSE OCUPACIONAL: UM ESTUDO COM SERVIDORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Andressa Michels
Edilson Bacinello
Vinícius Costa da Silva Zonatto

CAPÍTULO 11 163

CONTROLE INTERNO NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO COMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS (COSO II)

Maria Izabella Silva de Sá
Cíntia Vanessa Monterio Germano Aquino
Clayton Robson Moreira da Silva

CAPÍTULO 12 178

ECONOMIA CIRCULAR: PERSPECTIVAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Camila Avosani Zago
Ana D'arc Maia Pinto
Katherine Restrepo Quintero
Luiz Henrique Avosani Zago

CAPÍTULO 13 189

ESTUDO SOBRE A IMPORTANTE INFLUÊNCIA DA CONTABILIDADE NO MOMENTO DE TOMAR UMA DECISÃO FINANCEIRA E SUAS FERRAMENTAS FUNDAMENTAIS

Angelo Cesar Tozi Christo,
Beatriz Fiorese,
Caroline Pereira Zagoto,
Denise Santos Lorenção,
Maria Ester Bueno,
Sandra Maria Pereira,

CAPÍTULO 14	200
IMPLEMENTAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA QUALIDADE COMO MEDIDA ESTRATÉGICA DE OTIMIZAÇÃO DE RESULTADOS EM UM HOSPITAL PRIVADO DE BELO HORIZONTE	
Lilian Kelly Barbosa Lima Eder Júlio Rocha de Almeida Selme Silqueira de Matos Alexandre da Silveira Sete	
CAPÍTULO 15	211
LEI DE RESFRIAMENTO DE NEWTON: RESOLUÇÃO POR EDO E MÉTODO DE EULER	
Gabriela Duarte Bariviera Graziane Mariana Mumberger Lucas Arnold dos Santos Ângela Cristina de Melo Carlos Rezende de Pádua Junior Súzan Grazielle Benetti de Pádua	
CAPÍTULO 16	226
MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE DOS CONTROLES GERENCIAIS PELO MÉTODO DE COBIT: UM ESTUDO APLICADO AOS PRODUTORES RURAIS DO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Anderson Ricardo Silvestro	
CAPÍTULO 17	242
O ENDIVIDAMENTO DE ESTUDANTES EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO	
Vanessa Piovesan Rossato Nelson Guilherme Machado Pinto	
CAPÍTULO 18	258
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO EMPRESARIAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ND BISCOITOS EM SANTIAGO-RS.	
Liane Maria Panerai Gavioli Berenice Beatriz Rossner Wbatuba Francine Minuzzi Gorsky Juliana Ivaniski Sansonowicz Lucas Urach Sudati	
CAPÍTULO 19	274
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS ESTRATÉGICAS NA ADMINISTRAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA DE SORVETES, COM FOCO NA GESTÃO DA QUALIDADE E PROCESSOS	
Graziele Cristina Ribeiro Lopes	
CAPÍTULO 20	292
PRODUTIVIDADE DO TRABALHADOR BRASILEIRO: DIAGNÓSTICO FRENTE AO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO MUNDIAL ENTRE 1995 E 2015	
Alessandra Kimie Hiro Ana Paula Alves Bleck Duque Cristina de Carvalho Ares Elisei Luciana Tomé de Souza Castilho	

Paulo César Ribeiro Quinteiros
Sérgio Roberto Montoro
Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 21 315

SISTEMA DE INFORMAÇÃO COMO APOIO A CONTABILIDADE

Mônica Borchart Nicolau
Fernando Gomes da Silva
Elizana Lorenzetti Treib
Valter André Treib
Eloisa Lorenzetti
Luciana Hazin Alencar

CAPÍTULO 22 331

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Roberto Schuster Ajala
Anelise Sacks Schein
Luciana Scherer
Raquel Duzsinski Borghetti

SOBRE A ORGANIZADOR 351

AVALIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO NO PERÍODO DE 1994 – 2010

Juliana Ivaniski Sansonowicz

Universidade Integrada do Alto Uruguai e
Missões, URI Santiago, RS, Brasil, juliana.
sansonowicz@hotmail.com

Liane Maria Panerai Gavioli

Universidade Integrada do Alto Uruguai e
Missões, URI Santiago, RS, Brasil, liane.gavioli@
urisantiago.br

Marcos Vinícios Machado Machado

Universidade Integrada do Alto Uruguai e
Missões, URI Santiago, RS, Brasil, marcos.
machado@urisantiago.br

RESUMO: O presente trabalho tem como intuito verificar o comportamento do salário mínimo desde a sua criação pelo então presidente Getúlio Vargas na década de 30, até o ano de 2010 no segundo governo o presidente Luís Inácio Lula da Silva, destacando os períodos inflacionários da década de 80 e início dos anos 90, neste embate de inflação, podemos perceber uma recuperação paulatina do poder aquisitivo do salário mínimo depois da criação do Plano Real, porém quando comparado com o Produto Interno Bruto, o Salário Mínimo não conseguiu acompanhar o crescimento na mesma proporção. Esta pesquisa verificou que junto com o aumento real do salário mínimo, se obteve um aumento real do poder aquisitivo dos trabalhadores quando comparado com

alimentos da cesta básica de alimentação e gasolina, mas devemos destacar que apesar do aumento real que se obteve nos últimos anos do salário mínimo, este se encontra muito abaixo do que efetivamente é necessário para um trabalhador suprir as necessidades básicas de uma família.

PALAVRAS-CHAVE: Salário mínimo. Poder aquisitivo. Inflação.

ABSTRACT: This paper aims to verify the behavior of the minimum wage since its creation by the then President Getúlio Vargas in the 1930s, until 2010 in the second government, President Luís Inácio Lula da Silva, highlighting the inflationary periods of the 1980s And in the early 1990s, in this inflationary crisis, we can see a gradual recovery of the purchasing power of the minimum wage after the creation of the Real Plan, but when compared to the Gross Domestic Product, the Minimum Wage could not keep up with growth in the same proportion. This research verified that, together with the real increase in the minimum wage, a real increase in workers' purchasing power was obtained when compared to food in the food and gasoline basic food basket, but we should point out that despite the real increase in Minimum wage, this is far below what is effectively needed for a worker to meet the basic needs of a family.

KEYWORDS: Minimum wage. Purchasing

1 | INTRODUÇÃO

A variação do salário mínimo pode ter uma abundância de efeitos na economia do país, desde a criação do salário mínimo, este passou por períodos de reajustes, muitas vezes em pequenos intervalos de tempo devido às altíssimas taxas de inflação do período, visando minimizar suas perdas. As altas taxas de inflação presenciadas principalmente antes da implantação do Plano Real em 1994 dissociava-se a real noção dos valores dos preços em geral e do salário. Com o Plano Real, visando o controle da inflação, o governo conseguiu estabilizar a economia mantendo os índices inflacionários baixos. Este trabalho demonstra que o Plano Real conseguiu atingir seu objetivo de manter a inflação baixa e o poder de compra do salário mínimo, desde 1994 até o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, verificou-se ainda que apesar do aumento real que o salário mínimo obteve nos últimos anos, ele não conseguiu acompanhar o crescimento do país (PIB), porém seu poder de compra quando comparado com a cesta básica teve aumento real, devemos salientar que apesar da melhora do bem estar do trabalhador assalariado, o salário mínimo encontra-se abaixo do necessário para suprir as necessidades básicas do trabalhador e da sua família.

2 | JUSTIFICATIVA

Segundo Fachin (2006), a justificativa é uma narração sucinta, porém completa das atividades teóricas e práticas necessárias para a realização da pesquisa, deve estar claro a origem da escolha do assunto e a importância deste em relação aos demais. O salário mínimo é uma grande conquista do povo brasileiro, este nasceu com a intenção de garantir uma renda “mínima” para a classe trabalhadora urbana, porém com o passar do tempo desde a sua criação pelo então presidente Getúlio Vargas em 1940 é possível perceber que muitas vezes a inflação “mascarou” seu poder de compra, pois o Brasil passou por várias crises de hiperinflação como em 1989 que chegou ao final do ano com um acumulado de 1972,91%, período este, no qual as pessoas precisavam comprar o que necessitavam para o seu sustento o mais rápido possível, caso contrário em poucos dias não era possível adquirir o necessário com a mesma quantidade de dinheiro.

Pensando na importância de conhecer esta história que o país vivenciou em um período de tempo não muito longo, o presente trabalho se mostra de relevância, pois permite discutir o quão importante é as políticas de combate à inflação e valorização do salário mínimo, para assim verificar o que se passou e não repetir erros como Planos de combate à Inflação que a população já não entendia quais os resultados esperados

e quando se trata de salário mínimo este mexe com a economia do país, pois é base para aquecer ou desaquecer a roda da economia. Para a elaboração deste trabalho se fez necessário leitura, interpretação de livros, artigos científicos, jornais, pesquisa na internet, textos relacionados a temas como inflação, salário mínimo, Plano Real, Cesta Básica de Alimentos, foi abordado a parte teórica sobre os referidos temas, destacando seus objetivos e metas, outra parte importante é percorrer a história do Salário Mínimo e os Plano para controlar a inflação, a fim de obter um melhor entendimento sobre o tema. Por fim, uma interpretação com bases nos dados levantados junto aos renomados órgãos e institutos do Brasil como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos) desde o ano de 1994 até o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, destacando a história do salário mínimo, PIB, poder aquisitivo do salário.

3 | OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

A pesquisa terá como objetivo realizar uma descrição da história do salário mínimo, dos Planos para combate à inflação e a verificação do poder aquisitivo do salário mínimo desde a implantação do Plano Real em 1994 até o segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2010.

3.2 Objetivos Específicos

Verificar as principais características dos Planos de combate à inflação seus objetivos e características, verificar se houve ganho ou perda real no valor do salário mínimo brasileiro no período compreendido entre a implantação do Plano Real em 1994 até 2010.

4 | REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Salário Mínimo

O salário mínimo pode ser definido como a menor remuneração atribuída por lei a trabalhadores de um país ou atividade econômica, para Moraes (2004), o valor é fixado pelo Estado, por meio de políticas salariais, as quais são influenciadas pelas negociações entre empregados e empregadores, geralmente a negociação ocorre com intermédio de sindicatos. No Brasil a discussão sobre o salário mínimo sempre é tema de grande interesse, pois, envolve diversos atores da nossa sociedade, entre eles trabalhadores, empresas e governo. O salário mínimo no Brasil foi criado em

1934, com objetivo de proteger a classe trabalhadora urbana que estava se formando no país, pois em alguns postos de trabalho as condições eram precárias e deploráveis, principalmente na indústria manufatureira, o estado necessitava criar uma lei para resguardar o trabalhador de atividades mal remuneradas e também fomentar as atividades industriais nascentes no Brasil, para Malva Filho (2007), era necessário promover a expansão da mão de obra para alimentar a industrialização que estava brotando no Brasil. A criação do salário mínimo ocorreu no governo de Getúlio Vargas por meio da lei nº 185 de janeiro de 1936 e do Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938, os valores foram definidos por meio de Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, sendo que eles não eram iguais em todo o país, segundo Silva (2009):

Os 20 estados que existiam na época foram divididos em 48 regiões. Nos estados menos desenvolvidos, havia duas regiões, uma correspondente à capital, outra ao interior. Nos estados com maior expressão econômica criaram-se mais regiões. São Paulo, por exemplo, foi dividido em quatro regiões. O território do Acre e o Distrito Federal foram considerados cada um uma região. Portanto, no total eram 50 regiões. Ao final foram estabelecidos 14 salários mínimos diferentes para essas regiões. O maior valor estipulado, válido para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) – 240 mil réis – equivalia a 2,67 vezes o menor valor – 90 mil réis –, que seria aplicado às regiões interioranas do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, de Alagoas, de Sergipe, do Rio Grande do Norte e da região mais pobre da Bahia. (SILVA, 2009, p.32).

Depois da implantação em primeiro de maio de 1940, o salário mínimo tornou-se referência para dissídios coletivos, deixando o governo com uma poderosa ferramenta para intervenção na economia em períodos de alta na inflação por exemplo. O Decreto-Lei 2.162 de 1940 determinava que a cada três anos o Salário Mínimo deveria ser revisto, salvo se as Comissões se manifestassem para rever antes do prazo previsto. Segundo Moreira (2016), em julho de 1943 foi feito um primeiro reajuste nos Salários Mínimos, seguido de outro em dezembro do mesmo ano, porém em percentuais diferentes em cada região do Brasil, sendo que a razão entre o maior e o menor valor neste período é de 2,24 vezes, reduzindo um pouco a diferença que anteriormente é de 2,67 por cento. Depois deste período o salário mínimo teve novo reajuste somente em 1952, em desacordo com o Decreto-Lei 2.162, segundo MALVA (2007), entre 1943 e 1951 em que o salário mínimo permaneceu com seu valor nominal inalterado, bastante corroído, chegando a valer, em 1951, no Município de São Paulo, apenas 35% do que valia em 1940.

O período auge do salário mínimo compreendeu no ano de 1952 e 1964, começou com reajustes concedidos por Getúlio Vargas em 1952 com o seu retorno ao poder deu início a um período em que segundo Sabóia (2013, p.2) “...reajustes mais frequentes garantiram a manutenção, e até alguma elevação, do poder de compra do salário mínimo”. Neste período o movimento sindical conseguiu índices bastante favoráveis contando com o apoio do então Ministro do Trabalho João Goulart. No governo Juscelino Kubitschek que compreendeu o período de 1956 - 1961, o salário mínimo atingiu conforme dados do Dieese seu mais alto valor de compra superando em 44% o poder aquisitivo de 1940. O Governo de João Goulart (1961-1964), foi

mercado com intensa participação da classe trabalhadora na discussão e defesa de um salário mínimo voltado aos interesses dos trabalhadores, porém neste período a inflação bate à porta dos brasileiros, e para Paim (2007), obrigou o governo a conceder reajustes mais frequentes, todavia, o salário mínimo sofreu perdas reais, não conseguindo alcançar os índices inflacionários. Durante este governo ocorreram três reajustes, o primeiro em outubro de 1961, com um percentual único para todos os salários 40%, exceto Distrito Federal que foi de 115,4%, no segundo que ocorreu no final de 1962, Saboia (1985) destaca que o reajuste deste período (56,2%), foi inferior à elevação do custo de vida acumulada, o terceiro reajuste ocorreu um mês antes da derrubada do Presidente pelos Militares, se assemelhando muito com o governo de Getúlio Vargas. João Goulart acreditava que o remédio definitivo para proteger o salário seria a derrubada da inflação, no histórico comício de 13 março de 1964 na Central do Brasil, bradou:

Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja seu esforço até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação. (GOULART, 1964).

4.1.1 Período de Arrocho (1965 – 1974)

Neste período os sindicatos foram sufocados por um ambiente de forte repressão política, favorecendo um ambiente que foi chamado de “arrocho salarial”, incluindo aí o salário mínimo. Para (Netto, 2014, p.92) Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa da classe trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da ‘estabilização econômica’: com o arrocho, garantiu a super exploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas”. As regras para reajustes do salário mínimo foram alteradas, para Paim (2007), os reajustes só ocorreriam para manter o salário médio, aumentos reais só no caso de acontecer ganho de produtividade, o período de 1965 a 1968 acabou sendo marcado como “maior arrocho salarial” no Governo Castelo Branco (1964-1967).

4.1.2 Período de Estabilização (1975 A 1982)

Em meadas da década de 70, o salário mínimo permanecia sua trajetória de modo descendente, a partir de 1975, segundo Oliveira (2009), os reajustes passaram a ocorrer anualmente, apresentado de modo geral uma estabilizada até o fim do ano de 1979, que surgiram mudanças e passam a ser reajustados semestralmente, porém para SABOIA (1985).

Apenas os menores salários mínimos foram beneficiados ocorrendo, portanto, uma nova aproximação por baixo entre o maior e o menor salário mínimo. O número de níveis distintos continuou em queda, atingindo três valores em maio de 1980, dois valores em maio de 1983 e, finalmente a unificação a partir de maio de 1984. (SABOIA, 1985, p.37).

No governo Ernesto Geisel (1974-1979), o salário mínimo começava a encontrar certa estabilidade, a classe trabalhadora começou a ter um certo espaço para suas reivindicações por meio de greves como, por exemplo, a “greve dos braços cruzados, no ABC paulista em maio de 1978, uma das principais reivindicações era a unificação do salário mínimo.

4.1.3 Década de 80 – 90

A unificação do salário mínimo segundo Malva (2007), teve início em 1980 com as regiões Centro e Sul, depois Norte e Nordeste em 1983 e a unificação final em maio de 1984, mesmo com o fim do período militar em 1985, o país não conseguiu fazer com que seus governantes valorizassem a política do salário mínimo e ainda para agravar a situação segundo Oliveira (2009)

O país atravessava uma forte crise oriunda de sua dívida externa no início da década de 1980, o mercado de trabalho fora afetado de forma profunda, o desemprego crescia de forma desenfreada, originando uma grande quantidade de jovens ausente do mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2009, p.12).

Para a sociedade e a economia, quando mais o desemprego aumentava nas grandes empresas, aumentava o trabalho sem carteira assinada, resultando em uma menor arrecadação para o governo, agravando ainda mais a crise. Todeschini (2005), vincula o salário mínimo como instrumento que exerce ação balizadora no mercado de trabalho, mesmo com a implementação da Constituição de 1988 e com os avanços nela contidos, as perdas salariais não foram recuperadas, segundo Malva (2007), o período de 1986 a 1993, o salário mínimo perdeu 36,2% de seu poder de compra perdendo participação como referência de remuneração, devido ao baixo nível do mínimo. Com a inflação desenfreada na década de 80 e 90 os reajustes no salário mínimo passaram a ser mais constantes, em março de 1986, nos dizeres de Moraes (2004), utilizou-se de um dispositivo denominado de “gatilho salarial”, onde no início de cada mês os salários eram reajustados de acordo com a inflação do mês anterior, o problema é que durante todo o mês vigente o trabalhador perdia poder de compra dia a dia, toda vez que a inflação atingisse ou ultrapassasse 20%, os assalariados teriam um reajuste automático no mesmo valor, mais as diferenças negociadas nos dissídios das diferentes categorias.

4.1.4 Salário Mínimo depois do Plano Real

Com a implantação do Plano Real em 1994, o salário mínimo recupera gradativamente seu poder de compra com a queda da inflação, para Malva (2007), em julho de 1994 o valor do salário mínimo estava em sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos, a partir disto, os reajustes passaram a ser anuais. Para Castro (2004), o Plano Real foi bem sucedido, pois conseguiu controlar a inflação estabilizando o poder de compra do salário.

Desde 1995 os governos deram atenção especial ao salário mínimo, concedendo elevações no seu valor anual, segundo dados do DIEESE em 1995 o valor do salário estava em R\$ 100,00, depois foi para R\$ 200,00 em 2002 e para R\$ 380,00 desde abril de 2007. Segundo Arantes (2007), em abril de 2003, houve a maior variação nominal dos últimos dez anos, 20,00%. Depois de 2007, foi acordada, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, isto foi uma conquista das Centrais Sindicais, esta política tem como base segundo Nota Técnica do DIEESE “o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010”. Este sistema se mostra eficiente quando tem a possibilidade de aumentar a renda da população mais pobre, possui uma regra que leva em consideração o aumento da economia condicionando a valorização do Salário Mínimo à produtividade social.

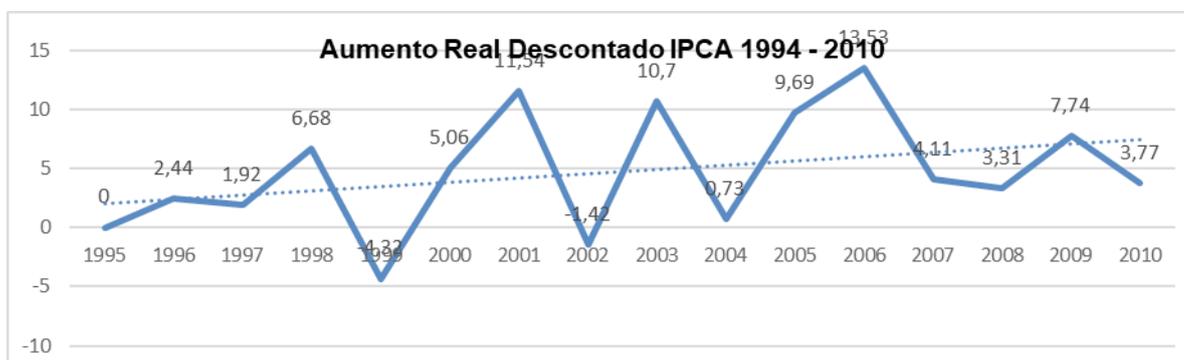


Gráfico 1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

No gráfico acima podemos notar a evolução do Salário Mínimo Real (descontado a inflação IPCA do período), com grandes variações, devido a inflação, também podemos observar a linha de tendência (pontilhado azul), possui um crescimento constante nos últimos quinze anos, apesar das grandes quedas e aumentos dos percentuais. Se o valor do IPCA, do período for desconsiderado, podemos observar no segundo gráfico abaixo que o salário mínimo tem uma tendência de aumento mais uniforme.

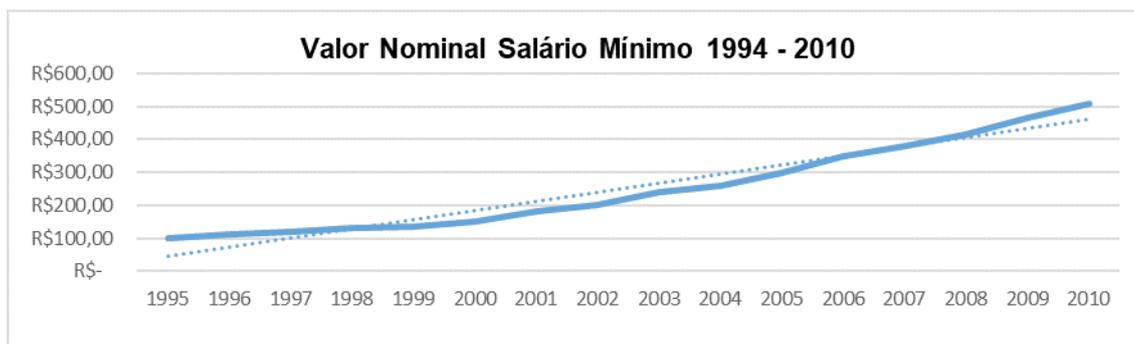


Gráfico 2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

A política do salário mínimo é complexa e polêmica, é preciso que se pense em algo que supra as necessidades básicas dos cidadãos, para isto é necessário à elaboração de uma legislação que tenha como finalidade uma correção mais justa, visando manter o poder de compra da população principalmente as menos favorecidas economicamente, no anexo deste trabalho possui uma tabela com os respectivos valores do salário mínimo e moedas em cada período desde sua criação em 1940, até o ano de 2010.

5 | INFLAÇÃO

Para muitos brasileiros que estão entrando no ensino fundamental e médio a discussão sobre inflação parece ser um assunto desconhecido, entretanto nosso país ao se confrontar com o capitalismo industrial e financeiro necessitou encontrar meios para valorizar sua moeda e desenvolver a economia de modo a dar subsídio a estabilidade da moeda. A inflação é entendida como a elevação contínua do nível de preços, isto é, uma taxa contínua de crescimento geral dos preços num período determinado, cada país tem uma fonte de inflação diferente em função de suas condições econômicas ou de épocas diferentes.

No Brasil um dos fatores da crise inflacionária é a criação de dívidas, isto vem se desenhando há muito tempo, desde o período colonial, quando a Coroa Portuguesa adquiria empréstimos para financiar suas atividades, depois na monarquia, Dom Pedro I, precisou pagar um valor dívida de dois milhões de libras esterlinas para “comprar”, a independência do Brasil. No período republicano, em 1889, segundo Souza (2012), a questão inflacionária ganhou uma importância ainda maior, tendo em vista as novas condições da economia mundial, o Brasil, estava no auge do desenvolvimento do capitalismo industrial, e se via diante de um dilema de preservar o traço agroexportador da economia nacional ou promover a modernização da economia, o então Ministro da Fazenda Rui Barbosa em 1889, com o objetivo de modernizar a economia nacional permitiu que os bancos fabricassem papel moeda e facilitou a contratação de empréstimos para a criação de empresas, isto ocasionou uma enorme crise especulativa, promovendo uma onda de empréstimos seguido pela injeção massiva de papel-moeda na economia. Com isto, o país não conseguiu formular uma política de desenvolvimento econômico sustentável e como resultado gerou uma crise inflacionaria, este período para Borges e Chadarevian (2010) ficou conhecido como “encilhamento” que foi originada por forte expansão monetária e crescimento econômico que deu origem a movimentos de capitais especulativos nas bolsas de valores e moedas de diferentes países entre 1890 e 1893. Trouxe como resultado inflação e um grande número de falências das organizações.

Nas primeiras décadas do século XX, o mercado europeu encontrava-se em dimensões trágicas devido a conflitos civis e a grande guerra, desestabilizando a sua economia, esta situação obrigou o Brasil a se industrializar, pois era muito dependente

dos produtos europeus, assim a economia teve uma considerável reação, por meio do processo de diversificação na indústria. Na crise de 1929, o Brasil viveu um fato raro, um processo de deflação até 1933, responsável por um recuo próximo de 22,5% nos preços internos medidos pelo Deflator Implícito do Produto, depois de 1934, a situação muda, os preços internos aumentam acumulando até 1939 pouco superior a 23%. Em primeiro de novembro de 1942, o Cruzeiro (Cr\$) passa a circular como unidade monetária nacional até então, o padrão era o Réis Cr\$ 1,00 equivale a mil réis, a inflação acumulada em 1944 foi de 12,9%, no ano de 1946 foi de 16,5%. Abaixo um gráfico de mostrando os governos com os respectivos índices de inflação.

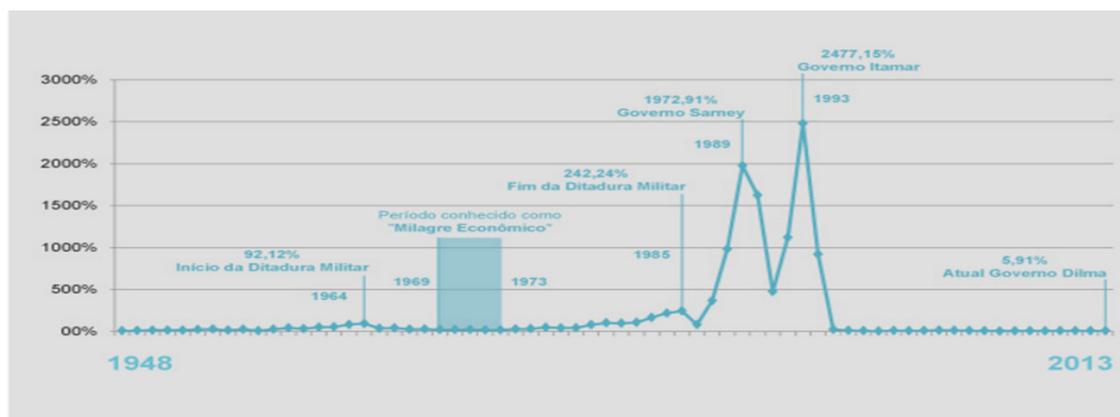


Gráfico 3. Variação da inflação brasileira de 1948 a 2013

Fonte: R7

No gráfico podemos perceber que no ano de 1970, tem um período chamado de “Milagre Econômico”, este período teve início em 1967 e foi até ano de 1973, passando por dois presidentes Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici. Nestes 6 anos a economia segundo Freitas (2012) passava por uma notável expansão, baseado no aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de empréstimos externos, refletiram no crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que chegou a uma variação positiva de 13,9% em 1973. Conforme Skidmore (1988),

Entre 1968 e 1974, a economia brasileira sofria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do PIB (produto Interno Bruto). O período que ficou conhecido como “Milagre brasileiro” em alusão aos “milagres” alemão e japonês das décadas de 1950 e 1960, seria marcada por taxas de crescimento excepcionalmente elencadas, que foram mantidas enquanto a inflação declinava, ao contrário do esperado pelas autoridades brasileiras, que chegou ao menor índice de 15,49% em 1973. (Skidmore,1988, P.101).

5.1 Metas de Inflação no Brasil

O regime de Metas de Inflação foi implantado no Brasil pelo Decreto Presidencial nº 3.088, de 21 de junho de 1999, tinha como principais pontos:

- I. Fixar as metas para a inflação com base em variações anuais de um

índice de preços conhecido;

II. Deixar a cargo do Conselho Monetário Nacional (CMN) a determinação das metas para a inflação (mediante proposta do ministro da Fazenda), seus respectivos intervalos de variação e o índice de preços a ser cotado;

III. Incumbir ao Banco Central a tarefa de fazer com que as metas estabelecidas fossem cumpridas, utilizando para isso os instrumentos necessários.

A meta é cumprida quando a inflação medida pelo índice de preços escolhido pelo CMN, se encontrar dentro da faixa de tolerância preestabelecida. Estas metas determinadas pelo CMN foram descumpridas durante três anos consecutivos: 2001, 2002 e 2003, desde a sua criação em 1999 até o ano de 2010.

No ano de 2001, o BACEN justificou o não cumprimento como sendo resultado de choques adversos sofridos pela economia brasileira, notadamente a depreciação do real e o reajuste das tarifas de energia elétrica acima do que era previsto. Em 2002, a depreciação cambial foi a principal responsável para o não cumprimento, além da inércia carregada do ano anterior e da consequente deterioração das expectativas, no ano de 2003, a meta novamente não foi cumprida, por de ter sido ajustada para cima, a inércia na economia foi usada como justificativa para o não cumprimento da meta.

4 | PIB

O Produto Interno Bruto (PIB), é medido pelo IBGE de acordo com a metodologia proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), levando em consideração levantamentos e sistematizações de informações primárias e secundárias necessárias, pode ser definido segundo Gomes (2012), como valor monetário de toda a atividade produtiva desenvolvida numa determinada área geográfica (geralmente, um país) durante um determinado período de tempo (regra geral, um ano ou um trimestre).

Desde 1960, os países utilizam o PIB, para verificar o comportamento da econômica e classificar um país como desenvolvido ou subdesenvolvido, pode ser calculado em nível nacional, regional, estadual e até municipal. O produto é designado interno porque é contabilizado a produção realizada por unidades residentes no país, tenham ou não origem nacional ou empresas cujo capital social é majoritariamente pertencente ao país. O termo bruto indica que nesta contabilização se ignora a possibilidade de deduzir as amortizações correspondentes à depreciação do capital fixo (de máquinas, equipamentos e outros instrumentos disponíveis para produzir). Para (Dornbusch, Fischer, 1991; Rossetti, 1979), o PIB, pode ser medido por três métodos diferentes obtendo-se as mesmas implicações:

a. Ótica da produção: o PIB corresponde o somatório dos valores agregados brutos pelas divisões produtivas da economia, sobrepondo os impostos indiretos e diminuindo os subsídios;

b. Ótica da renda: o PIB é mensurado a partir das remunerações pagas às unidades

familiares, através dos salários, lucros distribuídos, juros e através dos aluguéis. A estas remunerações são acumuladas os impostos indiretos e deduzidos os subsídios;

c. Ótica do consumo: O Produto Interno Bruto deriva da soma do consumo das unidades familiares e do governo, também os investimentos. Estes últimos podem ser estendidos em formação bruta de capital fixo (FBKF) e variações de estoques. (DORNBUSCH, FISCHER, 1991; ROSSETTI, 1979).

Para Mankiw (2005), o PIB mede duas coisas ao mesmo tempo: uma delas é o somatório da renda de todos os indivíduos do sistema econômico; a outra é o dispêndio total dos bens e serviços que são produzidos na economia de acordo com a definição deste autor, a oferta é expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB); e a demanda refere-se ao consumo das famílias (C), ao investimento na produção de bens e serviços (I), aos gastos governamentais (G) e às exportações líquidas (EL), representada pela igualdade $PIB = C + I + G + EL$. A contração do PIB pode caracterizar recessões, ocasionando desemprego, diminuição de lucros e até colapsos. Já um incremento do PIB pode sugerir uma produção mensurável de maior de riqueza ou a elevação dos preços. Podemos perceber a importância da exportação para o PIB, resultando em efeitos positivos em diversos setores da economia. O Brasil tem como característica a exportação de produtos com pouco valor agregado e enfrenta problemas como infraestrutura, entraves comerciais, deste modo, o país exporta produtos com pouco valor agregado para importar artigos industrializados de grande valor. O PIB per capita na percepção de Bagolin (2007), é o indicador que tem sido convencionalmente utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão do fluxo de produção anual pelo total da população, este índice embora de grande importância, oferece algumas desvantagens, pois é uma média, escondendo as disparidades na distribuição de renda, por exemplo, um país pode ter uma renda per capita alta, mas uma distribuição muito desigual nesta renda.

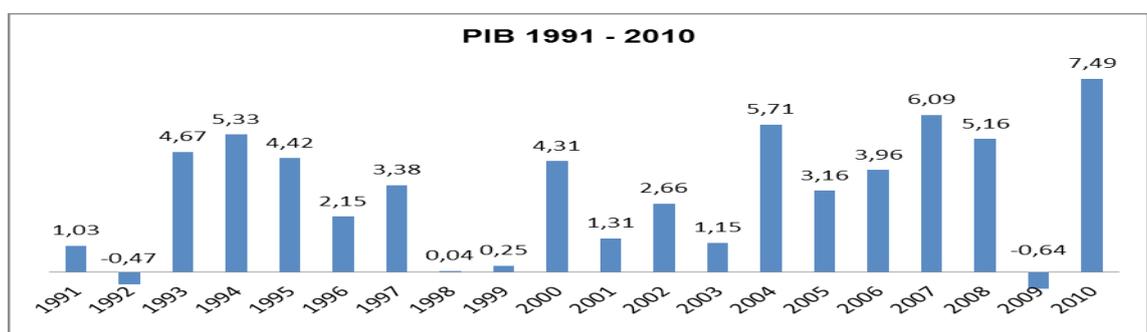


Gráfico 4

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE. Em Milhões de reais.

Conforme gráfico acima podemos observar que no ano de 1992 o PIB foi negativo, pois o país encontrava-se em um cenário de turbulência econômica e altas taxas de inflação. A partir de 1994, com o Plano Real que estabilizou a moeda no Brasil o país conseguiu se estabelecer e livrar-se da indexação da economia, resultando em baixa

da inflação, porém para Souza (2010), a suscetibilidade externa aumentou devido à elevação da taxa de juros e ao câmbio “sobre desvalorizado”, as contas públicas se agravaram, observa-se melhora no quadro econômico de 1993 para 1994, com a elevação do PIB em 1%, devendo-se principalmente aos reduzidos índices de inflação a partir de julho de 1994, revelando saldos positivos para a produção e para o consumo.

O sucesso do Plano Real teve como principal elemento a mudança do regime cambial, uma vez que garantiu a estabilidade do nível de preços internos. O PIB fechou em 5,33% em 1994 e o setor industrial apresentou expansão de 7%, a agropecuária mostrou crescimento ainda maior, de 7,6% confirmado pela safra recorde de cerca de 80 milhões de toneladas de grãos, o setor de serviços cresceu 4%, menos que os outros setores, o que se explica, em parte, pelo efeito de desaparecimento do ganho inflacionário, que antes contribuía para o grande desenvolvimento de recursos no sistema financeiro. (MARQUES, 2006, p. 236). No ano de 1994 para 1995, a taxa de crescimento do PIB reduziu, isto se deve principalmente pela crise mexicana, que impactou diretamente nos fluxos de capital dos países emergentes incluindo o Brasil. No primeiro trimestre de 1995, a economia manteve-se em expansão, apresentando uma taxa de crescimento de 3,1% em relação aos últimos três meses do ano anterior.

Entre junho de 1994 e março de 1995, a produção industrial mostrou um aumento de 15,5%. Até março de 1995, a produção de bens duráveis era o maior responsável pelo crescimento industrial. Por outro lado, o setor de bens de capital possuía grande representatividade na ampliação da capacidade de oferta da economia, atingindo 27,2% de crescimento. A queda abrupta da inflação ocasionou efeitos expressivos sobre o poder de compra da população. Paralelamente, o acréscimo salarial aliado ao aumento do nível de emprego estimulou o consumo. Os dados do comércio do Estado de São Paulo apontam que o Real foi bastante impactante sobre o consumo. O PIB de 1998, apontou que o país não cresceu, ficou estagnado, segundo Ribeiro (2010), este fato ocorreu pela crise que ocorrera na Rússia, impactou diretamente a economia do Brasil, a elevação da taxa de juros foi a medida adotada pelo governo para amenizar os efeitos e estabilizar a economia. Em 1999, o câmbio deixou de ser fixo e passou a ser flutuante. No ano 2000 o PIB cresceu 4,31% o que segundo Kureski (2007), o aquecimento da economia estava relacionado com a baixa na taxa de juros no ano de 2000. Segundo Curado (2011) no período de 2003 a 2008, taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% a.a., praticamente o dobro da observada no período imediatamente anterior, a partir de 2004, o PIB voltou a crescer com maior vigor, estimulado inicialmente pelas exportações, sobretudo de commodities, e, posteriormente, pelo aumento do consumo de bens duráveis e pelo investimento.

A valorização do salário mínimo, o aumento do emprego formal e o aumento do crédito à pessoa física foram primordiais para que o consumo ganhasse força nos últimos anos, enquanto o investimento foi estimulado pelo aumento da demanda interna e da capacidade de importar bens de capital, produto da expansão das exportações e da entrada de capitais que voltaram a valorizar o real, porém, em 2009,

em decorrência dos impactos negativos da crise financeira global, o PIB apresentou uma variação negativa de 0,6%.

Em 2010 para Kuresk (2012), o resultado do PIB de 7,49% foi essencialmente, resultado do dinamismo da demanda interna, reforçada pelas ações do governo federal para amenizar o efeito da crise de 2009. A redução do IPI para venda de veículos novos, a ampliação do crédito para a compra da casa própria, através de financiamento da Caixa Econômica Federal, e a ampliação dos financiamentos para investimentos, por parte do BNDES, foram alguns dos fatores que explicam o resultado favorável. Pelo ângulo da demanda, destaca-se a ampliação do consumo das famílias, motivada pelo aumento dos empregos e salários reais e o crescimento dos investimentos. Também ocorreu a retomada das exportações, sobretudo de produtos básicos, como o minério de ferro, insuficientes, entretanto, para compensar o crescimento das importações.

5 | CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

Os produtos da cesta básica de alimentos e suas respectivas quantidades são diferentes em cada região do país e foram definidos por meio do Decreto 399 de 1938, que vigora até hoje. O DIEESE realizada pesquisa em dezoito capitais do Brasil em periodicidade mensal para acompanhar a movimentação dos preços de treze alimentos, assim como o gasto mensal que o trabalhador tem para comprar. Na tabela abaixo é demonstrado o poder de compra do salário mínimo para adquirir uma cesta básica em cada ano desde 1995 até 2010.

Ano	Cesta Básica	Salário Mínimo	Poder de Compra
1995	88,77	R\$ 100,00	1,13
1996	94,94	R\$ 112,00	1,18
1997	95,26	R\$ 120,00	1,26
1998	103,74	R\$ 130,00	1,25
1999	106,99	R\$ 136,00	1,27
2000	115,38	R\$ 151,00	1,31
2001	126,36	R\$ 180,00	1,42
2002	137,05	R\$ 200,00	1,46
2003	167,28	R\$ 240,00	1,43
2004	172,38	R\$ 260,00	1,51
2005	178,75	R\$ 300,00	1,68
2006	176,99	R\$ 350,00	1,98
2007	192,88	R\$ 380,00	1,97
2008	235,87	R\$ 415,00	1,76
2009	234,95	R\$ 465,00	1,98
2010	247,90	R\$ 510,00	2,06

Tabela 1 – Poder de compra do salário mínimo.

Conforme gráfico abaixo podemos verificar que a linha de tendência se mantém em uma constante de crescimento.



Gráfico 5

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IPEA DATA.

Conforme a tabela 1 e o gráfico 5 é possível perceber que o salário mínimo quando analisado com a cesta básica de alimentos teve um crescente constante, como é possível observar pela linha de tendência (pontilhado azul), mas o país é afetado diretamente pelo cenário internacional e nacional seja por crises econômicas ou políticas o que explica suas curvas no gráfico.

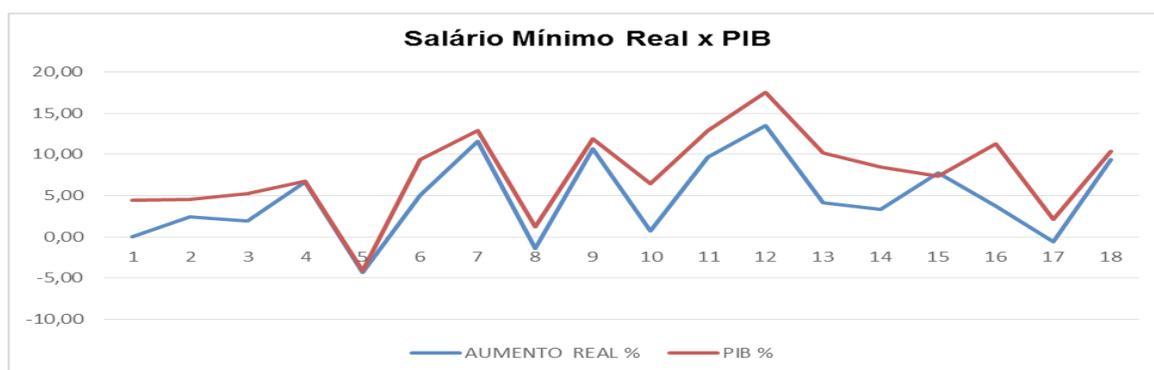


Gráfico 6 –Comparação do Salário Mínimo com o PIB Brasileiro, período compreendido entre o ano de 1994 até 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do IBEGE.

Se compararmos o salário mínimo em relação ao crescimento do país medido pelo PIB (produto interno bruto), podemos verificar que apesar dos aumentos obtidos desde 1994, ainda estes não superam o PIB, ou seja, o salário mínimo não cresceu o suficiente para acompanhar o crescimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com ajuda de dados históricos é possível refletir sobre o passado e arriscar um pouco sobre o futuro, ao interpretar a tabela de número 2 podemos comparar o que comprávamos de feijão, leite e gasolina no ano de 1995 e no ano de 2010, com um salário mínimo, se pegarmos um salário mínimo em 1995 comprávamos aproximadamente 84,7kg de feijão, logo em 2010 com um salário mínimo comprávamos aproximadamente 216,1 kg de feijão, quando comparado com leite em 1995 era possível comprar com um salário mínimo 238,09 litros de leite, logo em 2010 foi possível comprar com um

salário mínimo 335,52 litros de leite, por último a gasolina, no ano de 1995 com um salário mínimo era possível comprar 181,81 litros de gasolina em 2010, com um salário mínimo foi possível comprar 320,75 litros de gasolina.

Ano	S.M	Feijão		Leite		Gasolina	
		R\$	kg	R\$	litros	R\$	litros
1995	100	R\$1,18	84,74576kg	R\$ 0,42	238,0952l	R\$ 0,55	181,8182l
2010	510	R\$ 2,36	216,1017kg	R\$ 1,52	335,5263l	R\$ 1,59	320,7547l

Tabela 2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do DIEESE e site da Petrobrás 2017.

Assim, é possível observar que o poder de compra do salário mínimo realmente foi real nos últimos anos, seu poder aquisitivo foi importante para a população, este, reflete em melhor qualidade de vida para o trabalhador assalariado, porém ainda há muito o que pensar no que tange políticas públicas para o aumento constante e sustentável do salário mínimo, que precisa ser voltado para a distribuição de renda para a população e melhoria contínua da roda da economia.

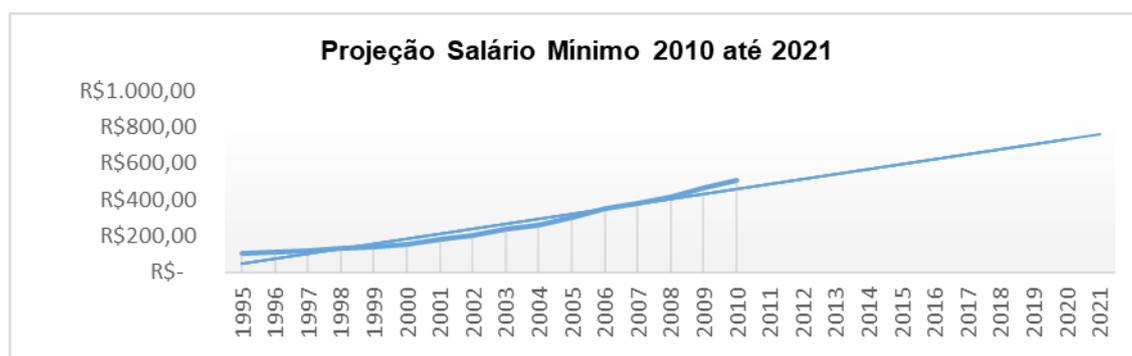


Gráfico 7: Projeção salário mínimo de 2010 até 2021.

No gráfico 7, podemos observar uma projeção do salário mínimo do ano de 2011 até o ano de 2021, é possível notar que atualmente o salário mínimo encontra-se acima do que o gráfico nos mostra, isto ocorre devido a decisões do governo, pois o salário mínimo é algo que eleva a popularidade ou até mesmo pela inflação. Foi possível perceber no decorrer deste trabalho que o poder aquisitivo de compra do salário mínimo foi aumentando desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até 2010, no segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, porém o que vivenciamos hoje é a facilidade de crédito, diferente do que ocorria nas décadas anteriores, para conseguir um “extra” no salário é somente desbloquearmos um cartão de crédito que o consumidor consegue com facilidade em qualquer agência bancária ou em grandes lojas de varejo. O Brasil está com “empoderamento” de consumo que permeia um cenário no qual precisamos aprender a lidar com a oferta de crédito, pois o endividamento das famílias vem se comprometendo com produtos que antes não

tínhamos a disposição das famílias.

REFERÊNCIAS

BAGOLIN, Izete. **Valores e Desenvolvimento Humano**. Disponível em: file:///C:/Users/CEP/Downloads/undp-br-rdh_brasil_2009_2010.pdf. Acessado em 19 de abr de 2017.

BORGES, Fernando Tadeu; CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Economia Brasileira**. Disponível em: <http://200.129.241.123/arquivos/Fasciculo_Economia_Brasileira_1_.pdf>. Acessado em 21 de abr de 2017.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>. Acessado em 16 de dez. de 2016.

DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTecsalariuminimo2017.pdf>. Acessado em 10 de abr. de 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILHO, Gilberto Malva. **Salário Mínimo: uma justificativa teórica e social**. Disponível em: <file:///C:/Users/CEP/Downloads/MalvaFilhoGilberto_TCC.pdf>. Acessado em 06 de Abri. de 2017.

GOMES, Orlando. **Macroeconomia: Noções Básicas**. Disponível em: http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1186/1/MacroIntroCap.pdf. Acessado em 19 de abr. de 2017.

GOULART, João. **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/641-Discursos_joao_goulart.pdf>. Acessado em 19 de abr. De 2017.

KURESKI, Ricardo. **PIB Brasileiro de 2010**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/bol_33_2c.pdf>. Acessado em 21 de abr de 2017.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia, Princípios de Micro e Macroeconomia**. Editora: Campos, 2005.

MORAES, Leandro Paulo. **Análise do salário mínimo no brasil entre julho de 1994 a dezembro de 2004**. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia295533>. Acessado em 10 de abr. De 2017.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura militar brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Guena. **Medindo o tamanho de uma economia**. Disponível em: <http://robguena.fearp.usp.br/IntroMacro/aula1.pdf>. Acessado em 21 de abr de 2017.

RIBEIRO, Francielle. **A Evolução do Produto Interno Bruto Brasileiro entre 1993 e 2009**. Disponível em: <file:///C:/Users/CEP/Downloads/1395677446523294.pdf>. Acessado em 15 de mai de 2017.

SABOIA, João. **Salário mínimo: a experiência brasileira**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. SOUZA, Jodson Henrique. A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Juliana%20Sansowicz/Downloads/1395677446523294%20(1).pdf>

TODESCHINI, Remígio. **Salário Mínimo e Atores Sociais: Por que a Gestão Participativa na Discussão do Salário Mínimo**. Disponível em:<<http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/SAL%C3%81RIO-M%C3%8DNIMO-NO-BRASIL-parte-2-Rodrigo-Castro-de-Oliveira.pdf>>. Acessado em 11 de abr. de 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-70-3

